

Avaliação de uma comunidade urbana: diagnóstico local de segurança e soluções de policiamento

Laura M. Nunes
Ana Isabel Martins Sani

RESUMO

O diagnóstico local de segurança (DLS) traduz-se na avaliação de áreas geográficas específicas, que, apoiado cientificamente, procura a recolha de informações para caracterização de uma comunidade. Desta forma, é possível auxiliar, por exemplo, as polícias na intervenção junto de cada comunidade. Assim, neste artigo descrevemos um estudo de DLS, realizado em colaboração com a Polícia de Segurança Pública do Porto (Portugal) na freguesia de Santa Maria (Vila Nova de Gaia) que visou captar a perceção da população residente a respeito da in/segurança local. Os resultados mostram que 38% dos participantes detêm uma perceção de insegurança, dada a existência de alguns sinais de perigo e algum crime. A maioria dos inquiridos considera também que houve um aumento da criminalidade geral (83.5%), sobretudo devido a problemas económicos e desemprego. Porém, apenas 12.5% da amostra foi vítima de crime, tendo a maioria participado a situação. Foi ainda analisada a perceção dos participantes sobre o controle social formal e atuação policial. A discussão deste estudo integra elementos que nos permite aferir acerca da importância do DLS, designadamente para a melhoria da atuação policial.

Palavras-chave: Criminologia. Segurança pública. Justiça criminal.

Evaluation of an urban community: local diagnosis and solutions of police planning

ABSTRACT

The Local Diagnosis Security (LDS) is an evaluation scientifically supported of specific geographic areas. This kind of researches searches the collection of data in order to characterize a particular community. So, with this analysis, we can help the police in planning intervention with each community. In this article we describe a study of a LDS, developed in collaboration with the Public Security Police of Oporto (Portugal) in Santa Maria community (in Vila Nova de Gaia urban area). The study aimed to know the perception of the resident population about the local in/security. The results show that 38% of inquired people had a perception of insecurity, and that perception was related to the danger signs and some criminal occurrences. Most individuals also considered that there was an increase in overall crime (83.5%), mainly

Laura M. Nunes é Doutora em Ciências Sociais, Psicologia e Delinquência pela Universidade Fernando Pessoa (Porto/Portugal). Professora no Departamento de Ciência Política e Comportamento da Universidade Fernando Pessoa. Contato: lnunes@ufp.edu.pt

Ana Isabel Martins Sani é Doutora em Psicologia da Justiça pela Universidade do Minho (Portugal). Professora de Criminologia na Universidade Fernando Pessoa (Porto/Portugal). Contato: anasani@ufp.edu.pt

due to economic and unemployment problems. However, only 12.5% of the sample was victim of crime. Was also analyzed the perception of the participants about the formal social control and the policing. The discussion of this study integrates elements that allow us to confirm about the importance of LDS, particularly for improving police performance.

Keywords: Criminology. Public Security. Criminal Justice.

INTRODUÇÃO

As modalidades de policiamento e as estratégias definidas pelas forças de controlo social formal devem estar fundamentadas em aspetos que caracterizem as áreas concretas a policiar, bem como as comunidades específicas em que se pretende implementar medidas referentes à manutenção da segurança das populações locais. Efetivamente, a segurança das populações e, sobretudo, a forma como essas populações percebem a in/segurança na sua área de residência, devem ser avaliadas através de investigações na área das Ciências Sociais, de modo a que as conclusões possam ser posteriormente usadas para a fundamentação de novas medidas, estratégias e políticas a seguir pelos corpos de polícia. Para tanto, e de acordo com Sani e Nunes (2013a, 19), impõem-se pesquisas que atendam às especificidades de cada comunidade, num esforço de adequação das estratégias a pensar e a delinear. A própria Organização das Nações Unidas (ONU), segundo o Ministério da Justiça (2009, Brasil, 239), refere a necessidade de se continuar o desenvolvimento de estudos que possibilitem uma atuação mais eficaz em termos de prevenção do crime. Sem qualquer dúvida, a aposta na prevenção torna-se muito importante, sobretudo quando estamos a referir instituições que, como as organizações policiais, durante muito tempo tiveram uma forma de atuar essencialmente reativa. Urge olhar a segurança pública sob um novo prisma: o da proatividade com ênfase na prevenção.

Na sequência do que anteriormente foi transmitido, importa salientar que a questão da segurança das populações, e a percepção a respeito do crime e da forma como o mesmo pode estar a ser combatido, remetem para os fatores associados à atuação das forças policiais, constituindo tópicos difíceis e sensíveis de abordar. Não obstante, e de acordo com a Direção Geral de Administração Interna (2009, Portugal, 11), têm-se desenvolvido análises e implementado medidas que integram diversas experiências internacionais, em que o papel das Ciências Sociais se tem mostrado muito relevante, sobretudo ao nível dos estudos sobre as diferentes comunidades, com vista à redefinição das modalidades de policiamento e da imagem que as populações têm das polícias.

Nessa lógica, a avaliação comunitária torna-se imprescindível, tendo em vista o estabelecimento de uma espécie de diagnóstico de segurança, que possibilite aceder ao que se passa numa determinada área ou comunidade urbana. O que se procura com este tipo de análises é construir um esquema de inteligibilidade que fundamente a definição e a posterior implementação de programas de atuação mais eficazes, numa lógica de prevenção aos vários níveis. Evidentemente, serão muitos os fatores que, numa comunidade em particular, podem estar associados às questões da in/segurança. Tais

fatores serão percebidos pelos atores sociais que se movem diariamente nesses espaços e, entre essa gama alargada de elementos que se relacionam com a in/segurança das populações, encontram-se os ligados aos mecanismos de controlo social (HIRSCHI, 2002, p.157), os relacionados com a maior ou menor presença de fenómenos como o consumo de drogas (NUNES, 2011, p.49) e o tráfico dessas substâncias ilegais, para além de outros fatores tão diversos como os associados às questões da distribuição e das condições dos espaços físicos (SAGAN; SHAW, 2010, p.114).

Por tudo quanto foi sendo apresentado até aqui, e tendo em consideração as necessidades manifestadas pelo Comando Metropolitano do Porto – Polícia de Segurança Pública, foi realizado o estudo que possibilitou analisar alguns dos aspetos que integram o designado diagnóstico de segurança, numa área específica da cidade do Porto (Portugal). Assim, e à semelhança do que se tem vindo a fazer pela Europa, centraram-se esforços no desenvolvimento de um estudo sobre fatores que já são internacionalmente conhecidos como estando implicados nos denominados Diagnósticos Locais de Segurança (DLS). O estudo integrou alguns dos elementos que são usados no DLS, tendo sido desenvolvido no âmbito das investigações levadas a cabo no Observatório Permanente Violência e Crime (OPVC) da Universidade Fernando Pessoa (UFP). A investigação visou, genericamente, caracterizar aquela região da cidade do Porto ao nível das questões relacionadas com o crime, com a segurança e com a atuação policial, sob o ponto de vista das populações locais.

DIAGNÓSTICO LOCAL DE SEGURANÇA E POLICIAMENTO – CONTEXTUALIZAÇÃO

Uma vez que este estudo apresenta alguns dos resultados obtidos através dos DLS, torna-se pertinente clarificar em que consistem tais diagnósticos. Assim, as análises internacionalmente conhecidas por Diagnósticos Locais de Segurança são avaliações às comunidades, cientificamente fundamentadas, e que se centram muito na recolha de informação que venha a servir o propósito de auxiliar as polícias a definir a sua forma de atuar em cada comunidade particular. Trata-se de contribuir para o desenvolvimento de modelos de policiamento adequados e que auxiliem na difícil tarefa policial de manutenção da ordem pública, atendendo sempre às particularidades de cada região.

Efetivamente, a ação criminosa exige uma contextualização multidimensional que requer o envolvimento comunitário nas questões antes atribuídas apenas às polícias (RYAN, 2007, p.3), e mais recentemente vistas como podendo ser da responsabilidade sustentada de todos os cidadãos em conjunto com as polícias (BENGOCHEA; GUIMARÃES; GOMES; ABREU, 2004, p.128). Portanto, deve verificar-se uma especial atenção das populações aos problemas locais de segurança e, simultaneamente, das forças policiais no sentido de se envolverem mais no conhecimento e na resolução dos problemas apresentados pelas populações (SCOTT, 2000, p.5). Trata-se, portanto, de um envolvimento de mútuo compromisso, de que nenhuma das partes deve alhear-se.

Todas estas exigências e dificuldades que se colocam em termos de segurança pública, decorrentes das drásticas mudanças sentidas nas modernas sociedades, impõem a consideração de uma nova forma de pensar o combate ao crime, incluindo uma permanente e complexa articulação entre polícia e cidadãos (BENGOCHEA; GUIMARÃES; GOMES; ABREU, 2004, p.130). Por isso, é fundamental atender ao que os cidadãos pensam e à forma como percebem o crime e a atuação policial, sendo fundamental fazer o levantamento de dados que possibilite a realização do Diagnóstico Local de Segurança.

Assim, deve procurar-se a contextualização da ação criminosa, através da adequação de instrumentos de avaliação pensados para captar as especificidades de cada comunidade, como a própria Organização das Nações Unidas (ONU) refere no conjunto de princípios que define para a conjugação de respostas integradas de prevenção criminal e que passam a apresentar-se (United Nations Office on Drugs and Crime, 2006, p.283):

a) Desde logo, devem realizar-se estudos que possibilitem o levantamento de diagnósticos locais sobre o fenómeno do crime, a respeito das suas características, quanto aos fatores que potenciam a sua ocorrência, e atendendo à forma como se manifesta a atividade criminosa e a sua extensão;

b) De seguida, é imperativa a identificação dos atores sociais envolvidos que pareçam mais relevantes e que possam ter um papel significativo nesses estudos de diagnóstico local, bem como no próprio combate ao crime;

c) Evidentemente, e em associação às alíneas anteriores, deve apostar-se no estabelecimento de mecanismos promotores/facilitadores da troca de informações, por via de um empenhado trabalho de articulação e parceria, e mediante estratégias coerentes e consertadas;

d) Por último, mas nem por isso menos importante, impõe-se a adoção de uma postura de procura de possíveis soluções para os problemas, sempre de forma localmente contextualizada.

Tendo em consideração a importância de, numa perspetiva moderna da segurança, se estabelecer um relacionamento de reciprocidade e de mútuo compromisso entre as forças policiais e a sociedade, é importante envolver dinamicamente as populações em tais processos de avaliação. Esse é precisamente o intuito com que se pensou na realização deste estudo, até porque, de acordo com Durão (2011, p.148), a análise à polícia, à sua atuação e às modalidades de policiamento, implica uma atenção renovada aos problemas sociológicos e políticos da atualidade, em que devemos considerar a rapidez com que o campo da justiça e da segurança se transformam, no seio de sociedades que, definitivamente, estão também em mudança.

MÉTODO

O presente estudo segue um plano exploratório, descritivo, observacional e transversal, baseado no autorrelato, através do inquérito com recurso à técnica do questionário de DLS (SANI; NUNES, 2013b, p.188). Esse questionário constitui-se por várias partes, a primeira das quais serve para obter os dados sociodemográficos. Do questionário, destacam-se as partes tratadas neste estudo, como a que obtém informação sobre a forma como é percebida a segurança pela população, a parte correspondente às questões da vitimação e a parte referente à opinião dos inquiridos a respeito do controlo social formal.

Caracterização da amostra

A amostra deste estudo foi retirada de uma população bastante envelhecida, residente numa área histórica da cidade do Porto, em que se encontram características arquitetónicas de fins do século XIX e meados do século XX, num conjunto de arruamentos estreitos e com uma concentração elevada de edifícios para comércio e habitação, verificando-se um estado que revela a não adequada conservação dos prédios e das propriedades.

Foram inquiridos 200 indivíduos (n) de ambos os sexos (quadro 1), com idades compreendidas entre os 16 e os 97 anos, com um valor médio de 56.2 anos e um desvio padrão de 18.1, numa amostra multimodal em que a maior frequência de idades correspondeu ao intervalo entre os 67 e os 68 anos.

QUADRO 1 – Distribuição por frequências quanto ao sexo e à idade.

Sexo		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Masculino	85	42.5
Feminino	115	57.5
Total/n	200	100.0
Idade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Dos 15 aos 24	18	9.0
Dos 25 aos 34	18	9.0
Dos 35 aos 44	22	11.0
Dos 45 aos 54	32	16.0
Dos 55 aos 64	41	16.0
Mais de 65 anos	69	20.5
Total / n	200	100.0

A amostra incluiu um grande número de indivíduos casados (44%), e um número menos de solteiros (27%), viúvos (18%) e divorciados (11%). No que diz respeito à escolaridade, a amostra caracterizou-se por possuir mais de 4% dos indivíduos analfabetos, o que certamente se associará à elevada média de idades da amostra. Perto de metade (49.5%) dos participantes tinha o ensino básico e os restantes dividiram-se predominantemente pelos 5º a 9º anos (32%), havendo 8% de inquiridos entre 10º e 12º anos de escolaridade. Ainda a respeito da caracterização social e demográfica, constatou-se que 49% dos sujeitos estava já a usufruir da reforma, o que também se relaciona com a idade média elevada, e 21.5% estava em situação de desemprego.

Procedimento

Todos os inquiridos foram previamente informados dos objetivos do estudo e do destino a dar às informações prestadas por eles, tendo-lhes sido dadas garantias de anonimato e confidencialidade, havendo o máximo cuidado para que se cumprissem todos os princípios éticos e deontológicos a que o investigador está obrigado. Após concluída a fase de coleta de dados, os mesmos foram organizados e tratados estatisticamente através do programa informático *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS), na versão 20. Durante o processo de análise e estruturação das respostas dos indivíduos, houve necessidade de se tratarem as questões mais abertas de forma a, mediante uma análise do discurso, se gerar um sistema de categorias de resposta das quais se apresentarão as mais significativas.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir do tratamento realizado aos dados apresentam-se de seguida, atendendo a cada uma das partes do questionário.

In/segurança e crime

No que se refere à perceção de segurança/insegurança, 38% dos 200 indivíduos referiram considerar a sua área de residência como insegura, alegando sobretudo a observação de sinais de perigo e de crime e ainda a presença do tráfico de drogas naquela área urbana. Quanto à sua opinião quanto ao aumento da criminalidade, 83.5% dos participantes no estudo referiram sentir esse aumento, atribuindo-o principalmente aos problemas económicos, muito embora tenham referido outros motivos, conforme se pode ver no quadro 2.

QUADRO 2 – Distribuição por frequências dos motivos mais frequentemente apontados como estando relacionados com o aumento da criminalidade.

Motivos subjacentes ao aumento da criminalidade		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Problemas económicos/desemprego	109	54.5
Ocorrência de crimes	19	9.5
Presença de muitos problemas/conflitos	17	8.5
Mediatização e Atenção dos Media	10	5.0
Ineficácia da polícia/legislação	5	2.5
Ocorrência de tráfico/consumo de drogas	4	2.0

Igualmente importante foi saber quais os crimes que os inquiridos consideram ser mais frequentes na sua área de residência, tendo-se destacado o furto e o tráfico de drogas, seguidos de outros crimes apontados pelos participantes no estudo e que podem ver-se no quadro 3.

QUADRO 3 – Distribuição por frequências dos crimes mais frequentemente identificados pelos inquiridos.

Crimes que mais frequentemente são observados		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Furto	84	42.0
Tráfico de drogas	83	41.5
Roubo	77	38.5
Assalto a residência	55	27.5
Assalto a estabelecimento comercial	40	20.0
Agressão física	27	13.5
Violência doméstica contra /entre cônjuges	25	12.5
Desconhece / Nenhum	21	10.5
Burla	15	7.5
Danos a espaços/equipamentos públicos	16	8.0
Violência doméstica contra /entre idosos	9	4.5
Violência doméstica contra/entre menores	8	4.0
Tráfico de armas	7	3.5
Ofensas sexuais	4	2.0
Crimes rodoviários	4	2.0
Outros	11	5.5

Vejam-se, agora, as condições daquela área da cidade que, segundo os residentes inquiridos, parecem estar a contribuir para a ocorrência criminal. Como pode ser observado no quadro 4, os três fatores mais referidos foram pobreza/desemprego, consumo de álcool/drogas ilegais e policiamento deficitário. Seguem-se outros fatores que os inquiridos consideram ser favorecedores da prática criminosa.

QUADRO 4 – Distribuição por frequências das condições mais frequentemente identificadas pelos inquiridos como favorecedoras do crime.

Fatores que podem favorecer a ocorrência de crime		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Pobreza/Desemprego	170	85.0
Consumo de drogas/álcool	148	74.0
Policiamento deficitário	112	56.0
Conflitos e delinquência juvenil	54	27.0
Problemas familiares	46	23.0
Incapacidade de atuação dos agentes	42	21.0
Presença de pessoas estranhas	35	17.5
Reduzido movimento durante a noite	34	17.0
Pouca severidade para com os ofensores	28	14.0
Má iluminação pública	15	7.5
Maus acessos/arruamentos	11	5.5
Outros	3	1.5

Note-se que se destacam alguns aspetos como a pobreza e o desemprego, logo seguido do consumo de drogas e do défice de policiamento, mas há uma série de outros problemas referidos pelos participantes no estudo como estando relacionados com as condições que podem potenciar a prática criminosa. Nomeadamente, são referidos problemas muito típicos das modernas sociedades, como a presença de conflitos muito associados à delinquência juvenil, a que se acrescentam os problemas familiares e a incapacidade de os agentes de segurança atuarem de forma a eliminar tais problemas. A tudo isto, acrescentem-se as condições de iluminação deficitária e as más condições dos arruamentos.

Vitimação

A parte respeitante ao relato de situações de vitimação eventualmente vividas pelos inquiridos possibilitou perceber que 12.5% dos participantes no estudo tinha sido

vítima de crime pelo menos uma vez ao longo dos últimos 5 anos. A maior parte dessas ocorrências constaram de crimes como furto, roubo, assalto a residência ou violência doméstica, tinham-se verificado durante a noite acontecendo predominantemente na rua (via pública) e, na altura da ocorrência criminal, a vítima encontrava-se só. Das pessoas que referiram ter sido vítimas, 72% referiu ter estabelecido contacto com as autoridades. No entanto, os restantes 28% dos participantes não procurou qualquer contacto ou apoio com os agentes de autoridade, alegando não valer a pena, o que evidencia um certo descrédito nas ações policiais.

Perguntou-se, então se os que contactaram as autoridades teriam acabado por formalizar a queixa contra o ofensor, ao que 60% dos inquiridos respondeu que sim, e os restantes responderam que não, por não confiarem na atuação policial. Dos 60% que formalizaram a queixa, fizeram-no principalmente por confiarem nas autoridades e por considerarem ser um dever denunciar a situação. Destes que denunciaram a ocorrência, 33% referiu ter ficado insatisfeito com as medidas tomadas pela polícia, argumentando que a sua insatisfação se relacionava com a não resolução do problema e com a ausência de transmissão de informação à vítima, por parte das forças policiais.

Controle social formal e atuação policial

Esta parte do questionário permitiu aceder a informações relacionadas com a forma como as forças de segurança são percebidas pelos indivíduos residentes naquela comunidade urbana. Assim, no que diz respeito à forma como é percebida a atuação dos agentes de autoridade, mais de metade da amostra (56.5%) considerou que os agentes trabalham de forma a garantir a segurança, “sempre” ou “quase sempre”. Não obstante, não podemos ignorar que um número bastante significativo de inquiridos (40.5%) apresentou a percepção de que os agentes de polícia “nunca” ou “quase nunca” fazem tudo para garantir a segurança naquela área da cidade, conforme se pode constatar através do quadro 5.

QUADRO 5 – Distribuição de frequências em função da percepção dos inquiridos sobre a polícia assegurar ou não a segurança daquela área.

Os agentes de autoridade garantem segurança		
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)
Sempre	39	19.5
Quase sempre	74	37.0
Quase nunca	51	25.5
Nunca	30	15.0
Total Parcial	194	97.0
Não sabe/Não responde	6	3.0
Total / n	200	100.0

Para além do já anteriormente questionado, pediu-se também aos inquiridos que classificassem o seu grau de satisfação em relação à forma como as forças de segurança atuavam na sua área de residência, obtendo-se as respostas que se encontram registadas no quadro 6, onde se encontram também as explicações para tais respostas.

QUADRO 6 – Distribuição de frequências em função do grau de satisfação com a atuação policial, e respetivas justificações.

Grau de satisfação em relação à atuação dos agentes de segurança.			
Respostas	Frequência Absoluta	Frequência Relativa (%)	Explicações para as classificações atribuídas
Muito satisfeito	25	12.5	<i>Eficácia e eficiência na atuação, Atuação proactiva e disponibilidade</i>
Satisfeito	81	40.5	
Pouco satisfeito	49	24.5	<i>Escassez/Limitação de policiamento, Atuação reativa, inércia e ineficácia</i>
Nada satisfeito	26	13.0	
Total Parcial	181	90.5	
Não sabe/Não responde	19	9.5	
Total / n	200	100.0	

É portanto perceptível que embora mais de metade da amostra revele satisfação com a atuação policial, há ainda uma percentagem muito significativa (37.5%) de pessoas que manifestaram insatisfação com os agentes de autoridade e a sua forma de atuação. Estes últimos, referiram o deficitário policiamento, bem como a forma mais reativa de atuação policial que, portanto, se revela pouco preventiva, para além de que houve também quem referisse uma certa inércia e ineficácia por parte da polícia. Face a estes resultados, é possível extrair algumas conclusões e, sobretudo, algumas implicações práticas.

DISCUSSÃO E ANÁLISE CONCLUSIVA

Dos dados obtidos e tratados, foi possível alcançar resultados passíveis de serem interpretados. Efetivamente, e de acordo com a primeira parte deste artigo, em que se apresentou uma breve introdução e contextualização teórica do tema a desenvolver, pode afirmar-se que se coloca a clara necessidade de realizar investigação científica, nomeadamente no domínio das Ciências Sociais, para melhor se perceber como o crime é percecionado e como as forças policiais são interpretadas pelas populações locais. Essa necessidade de estudos que possibilitem uma melhor orientação nas linhas de atuação policial tem sido, aliás, referida por diversos autores (e.g., Sani & Nunes) e organismos (e.g., Organização das Nações Unidas).

As experiências internacionais têm revelado grande utilidade e eficácia nesta parceria entre a ciência e as instâncias de controlo social formal de que fazem parte as forças policiais, como têm referido instâncias de poder central, como a Direcção Geral de Administração Interna (Portugal) e o Ministério da Justiça (Brasil). Às instâncias de controlo social, referidas por Hirschi como fundamentais nas questões do controle e da prevenção do delito, juntam-se outros elementos não menos importantes, como as questões que se colocam ao nível da análise a comunidades problemáticas que tão frequentemente se encontram nas nossas cidades, com a presença marcada do consumo e do tráfico de drogas, apontado por autores diversos e, também, pelos participantes neste estudo.

Obviamente, todos os fatores até aqui mencionados têm ligação com as características dos espaços físicos, descritos na parte da apresentação da região urbana em análise e que, evidentemente, apresentando características como as ruas estreitas, a elevada densidade populacional e a deterioração ou má conservação de espaços públicos e privados, podem contribuir para proporcionar oportunidades de atividade criminosa, como referem autores como Sagan e Shaw. Ademais, a média de idades dos participantes no estudo aponta para uma amostra envelhecida, que reside numa área citadina também ela com os seus espaços e edifícios envelhecidos e nem sempre conservados. Ora, tais características, quer dos edifícios quer dos arruamentos, acabam por gerar condições que podem potenciar o crime.

Em relação aos resultados apurados para a parte correspondente ao crime e insegurança, se mais de metade dos sujeitos revelou sentir que vivia numa área segura, a verdade é que uma percentagem muito significativa afirmou o oposto, sentindo-se claramente numa região insegura. Esta constatação não deixa de ser preocupante já que este é um fator que afeta o desenvolvimento das regiões a vários níveis, para além de retirar qualidade de vida aos residentes.

Vejam, agora, outros resultados, como os que revelam a sensação de que a criminalidade tem aumentado, referida por muitos dos inquiridos. Ora, estes elementos interpretados conjuntamente, levam-nos a depreender que a população daquela comunidade pode estar a viver um clima comprometedor do seu bem-estar. Por outro lado, as justificações para o aumento do crime caíram maioritariamente sobre os problemas económicos e de desemprego, o que nos leva a considerar a possibilidade de termos de desenvolver mais ações sociais de apoio numa época considerada como sendo de grave crise em Portugal. Afinal, as questões económicas estão sempre muito ligadas às relacionadas com a criminalidade.

Ainda no âmbito da perceção de segurança/insegurança, deve salientar-se que, dos crimes mais frequentemente percebidos pela população inquirida, destacam-se o furto e o tráfico de drogas. Estes resultados podem constituir indicadores para as forças policiais, no sentido de procurarem atender especialmente a essas duas áreas criminais. Afinal, diversas entidades (Direcção Geral de Administração Interna, Portugal; United Nations Office on Drugs and Crime) recomendam este tipo de análises, precisamente para que as organizações policiais adaptem a sua atuação às necessidades reveladas pelas populações.

De acordo com a forma como a população inquirida transmitiu a sua percepção da comunidade, as condições que mais parecem favorecer o crime são, predominantemente, a pobreza e o desemprego, o consumo de drogas e de álcool, e o déficit de policiamento. Note-se que o desemprego foi uma das características que se revelou algo significativa nos resultados de natureza sociodemográfica. Então, pode afirmar-se que, mais uma vez, em época de crise econômica, deverá apostar-se mais no apoio social e, simultaneamente, deverão reforçar-se as estratégias para combater o consumo e o tráfico de drogas que em certas comunidades urbanas constitui uma das formas de obter ganhos ilegalmente, aumentando a sensação de insegurança e a ocorrência do crime nessas paragens.

Entretanto, a vitimação revelou-se com uma frequência a não ignorar, devendo ser tomadas medidas para o estabelecimento de gabinetes de apoio e acompanhamento às vítimas, que estejam em articulação com as polícias. Na parte da vitimação constatou-se que o crime ocorre muitas vezes na via pública e, na verdade, há alusão ao déficit de policiamento, em mais do que uma ocasião. Então, parece ser mesmo necessário que a polícia se organize de forma a escalonar melhor o patrulhamento e a aumentar o número de efetivos destacados para vigiar as ruas. Parece ainda haver necessidade de repensar a distribuição dos agentes de polícia pelos diferentes serviços, com uma maior aposta nos serviços associados à vigilância.

No que se refere ao controlo social, uma percentagem elevada de inquiridos referiu considerar que os agentes de autoridade fazem tudo para garantir a segurança das pessoas, sempre ou quase sempre. Não obstante, um número ainda significativo de sujeitos considerou que, efetivamente, os agentes de polícia não fariam tudo pela segurança pública, o que denota uma má opinião a respeito dos agentes policiais. É ainda importante reparar que os argumentos usados por esses indivíduos se relacionam predominantemente com a constatação da existência de um déficit policiamento. Este argumento, aliás, aparece também muito frequentemente verbalizado por aqueles que se mostraram pouco ou nada satisfeitos com a atuação policial. Ora, esta percepção revelada por um número significativo de participantes, acaba por se tornar preocupante, na medida em que as populações parecem não estar a sentir que a polícia esteja de fato a vigiar as ruas da cidade. Uma tal impressão terá um impacto muito negativo na opinião dos cidadãos a respeito das forças policiais e, conseqüentemente, gerará medo, insegurança e, por parte de alguns, até um encorajamento para praticar ações criminosas.

Pode depreender-se, então, que as instituições policiais portuguesas, que tanto têm investido na formação e na dedicação à melhoria das condições de segurança das populações, parecem não estar a transmitir essa imagem em certas comunidades urbanas, pelo que se torna fundamental rever as estratégias de policiamento a partir das conclusões de estudos como este. Assim, poderia aumentar-se a eficácia das ações policiais, melhorar a opinião da população sobre as polícias e, conseqüentemente, tornar essa população mais cooperante com as autoridades.

De fato, é possível concluir que apenas através de avaliações comunitárias estrategicamente pensadas e calendarizadas, se podem repensar os modelos que regem as modalidades de ação policial. Saliente-se que será também por essa via que se

poderão rever os padrões comportamentais e as atitudes das populações face às polícias e respetiva atuação. A aposta na formação contínua e complementar dos profissionais ligados à segurança, acompanhada de programas comunitários em que se privilegiaria o empoderamento das populações, poderão ser também medidas muito importantes. Não podem ser esquecidas as questões relativas aos espaços físicos, à sua distribuição e à sua conservação, como base de uma abordagem centrada na prevenção criminal por via do planeamento arquitetónico. Especificamente, e dado estarmos aqui a tratar de uma área urbana com população envelhecida, deveriam melhorar-se os espaços de forma mais adequada aos idosos, em abordagens preventivas do crime que passassem pela informação acessível e ajustada a essa população.

Na verdade, numa área com população tão envelhecida, os degraus existentes nas ruas e nas calçadas deveriam substituir-se por rampas, as passagens para pedestres deveriam ser delimitadas de áreas mais iluminadas, e os pedestres deveriam ser encaminhados para passagens e calçadas mais vigiadas, através de soluções simples como o uso de arbustos que encaminhassem as pessoas. A melhoria da iluminação pública deveria ser também implementada, e enfim, muitas poderiam ser as medidas que, sendo de fácil e econômica implementação, trariam mais qualidade e segurança à vida dos residentes desta e de outras áreas das nossas cidades.

Seria ainda importante repensar no apoio à vítima de forma atual, mas também ajustada à idade e às condições sociais e econômicas da população. As instâncias policiais poderiam estabelecer parcerias com associações, centros de saúde pública e até com os responsáveis políticos locais, de maneira a instalar um serviço de apoio multidisciplinar e domiciliário, que fosse suficientemente alargado para atingir toda a população idosa com dificuldades de deslocação. A este serviço estaria vinculada uma equipa multidisciplinar de técnicos que providenciassem a atenção ao idoso, e que lhe dessem a sensação de que estaria a ser cuidado e, ao mesmo tempo, a certeza de que os agentes de polícia se deslocavam a sua casa para a vigiar com uma frequência considerável. Estas medidas, saliente-se, deveriam ser sistemáticas e abrangentes, e nunca pontuais e localizadas.

As abordagens, quer interventivas, que preventivas, querem-se sempre adaptativas em função das pessoas e das suas necessidades, não devendo continuar-se a fazer precisamente o contrário: a adaptação das pessoas às condições existentes e às medidas que eventualmente foram sendo mais fáceis de realizar.

REFERÊNCIAS

BENGOCHEA, J.; GUIMARÃES, L.; GOMES, M.; ABREU, S. A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã. *São Paulo em Perspectiva*, 18(1), p.119-131, 2004. DIRECÇÃO Geral de Administração Interna (Portugal). *Manual de diagnósticos locais de segurança. Uma compilação de normas e práticas internacionais* (M. Correia, Trad.). Lisboa: Ministério da Administração Interna, 2009. Disponível em <http://www.dgai.mai.gov.pt/cms/files/conteudos/Manual%20Diagnosticos%20Locais%20de%20Seguranca.pdf>

- DURÃO, S. Polícia, segurança e crime em Portugal: ambiguidades e paixões recentes. *Etnográfica*, 15(1), p.129-152, 2011.
- HIRSCHI, T. *Causes of delinquency* (With a new introduction by the author). New Jersey: Transaction Publishers, 2002.
- JEFFERY, R. *CPTED: past, present, and future. Paper presented in 4th Annual International CPTED Association Conference*. Ontario: Canada, 1999.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (Brasil). Normas e princípios das Nações Unidas sobre prevenção ao crime e justiça criminal. Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2009.
- NUNES, L. M. *Droga-Crime: (Des)construções*. Porto: Edições UFP, 2011.
- RYAN, B. What the police are supposed to do: contrasting expectations of community policing in Serbia. *Policing and Society: An International Journal of Research and Policy*, 17(1), p.1-20, 2007. Doi: 10.1080/10439460601124106.
- SAGANT, V.; SHAW, M. International report on crime prevention and community safety: trends and perspectives. International Centre for the Prevention of Crime (ICPC): Montreal, 2010.
- SANI, A.; NUNES, L. *Crime e vitimação. Polícia e análise de comunidades urbanas*. Porto: Edições UFP, 2013a.
- _____. Questionário de Diagnóstico Local de Segurança: Estudo numa Comunidade Urbana Problemática. *Análise Psicológica*, 2 (XXXI), p.185-197, 2013b.
- SCOTT, M. *Problem-Oriented policing: reflections on the first 20 years*. Washington: U.S. Department of Justice, Office of Community Oriented Policing Services, 2000.
- UNITED NATIONS Office on Drugs and Crime. *Compendium of United Nations standards and norms in crime prevention and criminal justice*. New York: United Nations, 2006.